O ARQUIVO: Patrimônio Documental, Memorialístico e Cultural

Edinalva Clementino de Carvalho
Mestranda | UEPB
edinalva25@hotmail.com

Linduarte Pereira Rodrigues
Doutor em Linguística | UEPB
linduartepr@gmail.com

BRITO, Rayan Aramís Feitosa. BATISTA, Ismaelly. SANTANA, Sandra Valéria. **O arquivo como patrimônio documental, memorialístico e cultural** In: Projeto SESA ON-LINE. 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=FoAMstRZOGs&list=PLxN9uB8ODjKmszvXwANWVEQ0Zx6X8HYw&index=5&t=4900s. Acesso em 28 de dezembro de 2021.

Na contemporaneidade, vivemos inseridos em contextos emergenciais nos quais necessitamos adaptarmos às novas formas de interação/comunicação como meio de ressignificar o processo de aprendizagem neste novo cenário, devido a pandemia da COVID-19, exigindo dos indivíduos alta capacidade de se reinventar, identificar problemas e de resolvê-los, preservando e contribuindo para melhoria do seu contexto social, histórico e cultural através de informações e ampliação de seus conhecimentos e aprendizagens.

Eis que a rede SESA On-Line surge como uma crescente estruturação para atender as demandas atuais, promovendo uma transformação cultural, se estruturando a partir de aspectos de enorme acessibilidade dos conteúdos e temáticas e de conexão da diversidade de memória sócio-histórica e cultural existente nos arquivos como patrimônio documental das nações através do desenvolvimento de mesas redondas, palestras e entrevistas que contribuem significativamente para uma nova visão sobre a educação patrimonial e arquivologia.

Toda essa mudança, evidenciada e ocorrida através do projeto SESA (Seminário dos Saberes Arquivísticos) e da criação do “SESA On-Line”, possibilitou ampliar a geração de debates e informações relacionadas à temática com vários estudantes e pesquisadores na área de arquivologia.

A mesa-redonda intitulada “O ARQUIVO COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, MEMORIALÍSTICO E CULTURAL”, que teve como palestrantes Brito, Batista e Santana (2020), abordou o entendimento de patrimônio arquivístico em seus contextos sociais, históricos e culturais brasileiros, enfatizando a memória e sua gestão em âmbitos arquivísticos e as políticas patrimoniais voltadas ao arquivo.

Nesse contexto discursivo, inicialmente, foi articulado por Brito (2020) uma abordagem conceitual de memória, onde destaca como o arquivo dialoga com os aspectos memorialísticos, pontuando elementos importantes para uma compreensão mais ampla sobre memória, destacando sua abrangência em diversas áreas, mas principalmente na área de arquivologia. Para isso, ele cita que, para Le Goff (2013), a memória é como propriedade de conservar certas informações, enfatizando em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas. De acordo com Le Goff (2013), a noção de aprendizagem, importante na fase de aquisição da memória, desperta o interesse pelos diversos sistemas de educação da memória que existiram nas diversas sociedades e em diferentes épocas.

Com esta abordagem conceitual foi possível perceber a importância da memória como forma representativa de ações e acontecimentos do passado que são revistas no presente e que sistematizam aspectos relevantes sobre os arquivos, um dos quais o considera, não como memória, mas como possuidor de fatos e acontecimentos que compõe a memória. Ainda traz um ponto crucial que é o fato de reconhecer os documentos que servirão ou não para a preservação da memória de uma nação. Vale ressaltar ainda que os elementos constitutivos da memória ultrapassam os documentos, vão além, considerando que a memória organizacional e institucional, não só se constitui de arquivos, mas dos nossos conhecimentos e das nossas memórias individuais abrangendo os aspectos sócio-históricos e culturais de uma nação.

Outra questão abordada pelo palestrante, Brito (2020), foram as políticas públicas arquivistas que, para ele, têm um papel relevante no processo de educação patrimonial, promovendo culturas que valorizem todos os elementos constitutivos de memória, o patrimônio cultural de uma nação, e também a gestão de documentos, uma vez que tem a função de avaliar e selecionar os documentos que servirão ou não para a preservação da memória cultural e histórica da nação.

CC BY NC ND

A segunda palestrante foi Batista (2020), que dialogou de forma coesa com a temática do primeiro palestrante, uma vez que ressaltou o arquivo como entidade, dispositivo e ao mesmo tempo sujeito, ocupando o papel de protagonista mediante ações sociais, destacando-o como arauto socioinstitucional de registros que, para ela, remontam narrativas culturais estruturadas como parte constituinte de memórias entre passado e presente. Diante das exposições e discussões sobre memória, foi ressaltado aspectos que demonstram sua importância como instrumento potencial dos arquivos. Reforçando as ideias de Brito e Batista (2020), Assmann (2011) ressalta que o arquivo não é somente um repertório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é constituído e produzido. Essa construção não depende apenas de interesses sociais, políticos e culturais, mas é essencialmente codeterminada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro.

Para a palestrante, estabelecer diálogos com outras bases referenciais nos possibilita construir outros cenários, o que favorece também a inserção de outras vozes capazes de incentivar novos posicionamentos sobre o contexto do patrimônio documental memorialístico e cultural.

A menção que Batista (2020) faz sobre a temática central discursiva potencializa a nossa compreensão sobre o processo evolutivo, contemplando a utilização dos arquivos em diversos tempos e contextos usuais. As concepções de arquivos e sua evolução se fortalecem à medida que a humanidade sente a necessidade de construir, a partir dos artefatos culturais, suas representações simbólicas. Segundo a palestrante, concatenar que o valor atribuído aos documentos de arquivo e seu potencial para a cultura e memória encontra-se correlacionados a capacidade de perceber o simbólico como capital que orienta o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Este fato, para ela, evidencia o que só pode ser feito através do processo identitário dos povos. Para isso, requer um trabalho estratégico de educação por meio da difusão de saberes contidos no âmbito dos acervos de arquivos.

Nesse sentido, sabemos que a educação patrimonial pode fortalecer um ponto de equilíbrio para a efetiva valorização e usualidade dos arquivos em seus diversos contextos. Além disso, é notável que a conservação dos documentos de arquivologia permite a comunicação entre épocas e gerações ao logo do tempo.

CC BY NC ND

A terceira parte da palestra se sistematiza a partir da exposição de Santana (2020), ela contempla uma fala na qual aborda suas experiências com os museus, correspondendo à sua área de maior atuação e considera um grande problema para a memória dos acervos dos museus a ausência do arquivo ou a inexistência de um trabalho com eficiência, o que segundo a palestrante acaba contribuindo para o esquecimento das histórias sociais. Além de apresentar este fato preocupante, Santana (2020), traz para discussão a definição de museu, enfatizando a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o estatuto de museus e dá outras providências. Desta forma, possibilitando percebermos a relevância de um museu e toda sua forma de estruturação em múltiplos contextos e temáticas. Na fala da palestrante há o reconhecimento de que para os museus terem seus objetivos atingidos, são essenciais as práticas documentárias.

Santana (2020) também considera que as práticas documentárias realizadas no âmbito dos museus, para além de servir ao tratamento da documentação, servem também como registros das memórias dessas mesmas práticas e de seus realizadores. Na contramão desse processo, ela reconhece que sua ausência também pode colaborar para o esquecimento. Desta forma, a relação da memória e do esquecimento tem referência com a forma como a instituição realiza o processo técnico, que segundo a palestrante se trata de uma dificuldade que os museus têm de tratar os seus acervos.

Analisando as abordagens presentes na palestra, podemos perceber que há uma grande necessidade de se estabelecer políticas públicas que promovam uma educação patrimonial eficaz e efetiva, que contribuam para a concretização das ações que valorizem e sistematizem os acervos dos arquivos de forma coerente e suprindo suas necessidades. Desta forma, é notável que o patrimônio cultural da humanidade será ressignificado e contemplado como representação simbólica de valor imensurável. A mudança mais importante consiste na conscientização de que todos os indivíduos são responsáveis pela preservação dos arquivos documentais e artefatos culturais que compõem o patrimônio da humanidade.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformação da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. 7. ed. Revista, Campina, SP: Editora da Unicamp, 2013.

BY NC ND